

PASSOS/TROIKA, RUA! PODEMOS PARAR O ORÇAMENTO E A DEMOLIÇÃO DAS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO!



RESOLUÇÃO DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA - 24/11/2012

O Bloco sai da sua Convenção Nacional reforçado no combate por um governo de esquerda que rompa com a troika. A tarefa imediata em que está empenhado é o derrube do governo PSD/CDS e a realização de eleições. Nas próximas semanas, o Bloco atuará, no parlamento e nas mobilizações sociais, para parar o Orçamento do Estado para 2013, uma lei inconstitucional que é um plano de pilhagem fiscal e que oculta o ataque às funções sociais do Estado, acordado com a troika, e ainda uma avalanche de despedimentos na função pública.

1. A Mesa Nacional eleita pela VIII Convenção do Bloco de Esquerda realizou hoje a sua primeira reunião. A Mesa Nacional assinala a intervenção empenhada dos e das aderentes na preparação da Convenção e a participação nos seus trabalhos de centenas de delegadas e delegados eleitos, mas também a presença de um grande número de aderentes e de convidadas e convidados, nacionais e internacionais, interessados nos trabalhos da Convenção, bem como no comício internacional que a antecedeu. Em particular, a Mesa Nacional saúda as organizações regionais e distritais, que se empenharam numa participação alargada numa iniciativa política internacionalista inédita entre nós.

2. A desagregação do governo e o esgotamento da estratégia da austeridade estão hoje à vista no Orçamento do Estado.

Resulta da 6ª avaliação da troika que este Orçamento do Estado não valerá mais que 3 meses. Em Fevereiro próximo, o governo proporá um orçamento retificativo, com vista a refletir nas contas públicas a primeira parte dos cortes, exigidos pela troika para 2013 e 2014, de 4 mil milhões nas funções sociais do Estado. Trata-se da destruição do Estado social, por via de um mega-despedimento na função pública e de um colapso anunciado na saúde, educação e pensões. É evidente que esta ofensiva abre um conflito evidente com preceitos constitucionais elementares. Tanto mais que, como sublinhou Vítor Gaspar, este corte será apenas um “primeiro momento”.

Na sua presente versão, a proposta de Orçamento do Estado configura um assalto fiscal que acentua as desigualdades, aprofunda o ciclo recessivo e está ferido de inconstitucionalidade. O grupo parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou mais de 190 propostas de al-

teração, orientadas, sobretudo para a justiça fiscal, recuperação de salários e pensões, reforço da proteção social e defesa dos serviços públicos. De resto, uma política orçamental alternativa, como a apresentada pelo Bloco, permitiria uma consolidação de 9 mil milhões de euros nas contas públicas.

Na proposta de Orçamento do Estado que será votada na terça-feira, o Governo viola o princípio constitucional da progressividade, ao propor um aumento em 40% do IRS de quem ganha, por exemplo, 800 euros por mês. Na revisão dos escalões do IRS, os rendimentos mais baixos são elevados a um escalão superior, ao mesmo tempo que rendimentos médios ficam no mesmo escalão de outros até dez vezes superiores.

O passado demonstra que não bastam gritantes inconstitucionalidades para que o papel institucional do Presidente da República possa ser cumprido por Cavaco Silva. O Bloco não espera do Presidente mais presença e mais fidelidade ao seu mandato do que já demonstrou ter.

Na presente circunstância, a Mesa Nacional afirma que a ação parlamentar do Bloco de Esquerda será coerente com a defesa dos direitos constitucionais ameaçados. **O Bloco de Esquerda dirige um apelo ao PS e PCP para, em conjunto, os deputados dos três partidos requererem ao Tribunal Constitucional a verificação da constitucionalidade do Orçamento do Estado.**

A par dessas iniciativas parlamentares, o Bloco empenha-se nas mobilizações sociais contra a austeridade imposta pela troika e pela plutocracia europeia, na defesa das funções sociais do Estado e do trabalho, entre outras, que dão voz ao protesto e à indignação e afirmam propostas alternativas, favorecendo as convergências necessárias a um governo de esquerda. **O Bloco de Esquerda apela à participação nas mobilizações populares anunciadas e, em particular, na manifestação convocada pela CGTP para a manhã da votação do OE, no dia 27 de Novembro.**

3. Os trabalhos de preparação de um orçamento europeu para o ciclo 2014-2020 demonstram o impasse da elite europeia.

“Egoísmo nacional” é um eufemismo mediático para a obsessão austeritária que governa a Europa. À austeridade nos orçamentos nacionais junta-se agora a retirada de fatores compensatórios europeus. De facto, o Con-

selho Europeu não só renega à partida qualquer hipótese de orçamento comunitário para o investimento e criação de emprego, impondo até significativos cortes nessas rubricas, como não é capaz de reunir acordo sequer para a versão reduzida e inoperante que esteve em discussão. O único acordo parece ser no aumento da despesa em PPPs e em Defesa.

O fracasso do Conselho Europeu demonstra a qualidade dos “pactos para o crescimento” celebrados periodicamente pelos governantes europeus. Esses “sucessos”, tal como o fracasso de ontem, são parte do mesmo becos-sem-saída a que as políticas liberais trouxeram a União Europeia.

4. A ampla participação na greve geral de 14 de Novembro marca a situação política nacional. Foi uma das maiores greves que o país viveu na sua história recente. Os trabalhadores e trabalhadoras que defendem os seus direitos enfrentam um combate duro e prolongado. É conhecido o desgaste do direito à greve em muitas empresas onde a democracia fica à porta, o efeito da precariedade como chantagem sobre quem trabalha. Ainda assim, a greve geral foi não só um momento de afirmação da dignidade do trabalho numa sociedade acossada pelo poder financeiro, mas também uma forte demonstração de disponibilidade para a luta, considerando o sacrifício material que implica para muitos milhares de homens e mulheres já pesadamente penalizados pela austeridade. É para estas pessoas que vai a primeira palavra de solidariedade do Bloco de Esquerda, que se orgulha de ser parte integrante desta mobilização geral.

A dimensão ibérica desta greve, com repercussões de solidariedade em França, Itália e Grécia, é um fator de enorme importância. A resposta do mundo do trabalho deve desenvolver-se à altura da ofensiva, isto é, em escala europeia. A greve ibérica mostra que, não só é possível, como é mobilizadora a paralisação simultânea dos trabalhadores em diferentes países. Esta greve foi um primeiro passo e deve abrir caminho a uma greve geral europeia contra a austeridade, que coloque na ordem do dia a unidade e a convergência dos trabalhadores e das trabalhadoras à escala europeia, contribuindo para um alteração de forças políticas na Europa.

5. O dia da greve geral ficou marcado por graves incidentes no final da manifestação, em Lisboa. Tomando como pretexto a ação isolada de um pequeno grupo, o governo atacou o direito de manifestação, ordenando uma carga policial arbitrária sobre milhares de cidadãos sem qualquer intervenção naqueles incidentes. Tal como refere a Amnistia Internacional e como o Bloco de Esquerda denunciou no parlamento, esta intervenção foi seguida de numerosas ilegalidades cometidas contra mais de uma centena de pessoas detidas. Nos dias que se seguiram, soube-se mais tarde, teve ainda lugar um ataque ao sigilo dos jornalistas, numa tentativa de instrumentalização da comunicação social. O

Bloco reitera a necessidade urgente de explicações do Governo sobre estes factos. O Bloco de Esquerda rejeita qualquer escalada de violência e defenderá sempre o direito democrático de greve e de manifestação, assim como as liberdades individuais.

6. O Bloco de Esquerda saúda a manifestação do Ensino Superior de dia 22 de Novembro. A mobilização estudantil é essencial na luta contra o Orçamento do Estado e contra a mercantilização e elitização do Ensino Superior. Como aconteceu na Greve Geral, e noutros momentos, vai ganhando força a convergência de vários setores na defesa do Ensino Superior Público contra a austeridade que o destrói. Fazer frente ao ataque ideológico da direita contra o acesso à educação e ao conhecimento é uma prioridade da esquerda.

7. Está em curso uma ofensiva contra o direito constitucional à Habitação. Centenas famílias perdem a casa por incapacidade financeira de pagar os empréstimos e já entrou em vigor o novo regime jurídico do arrendamento urbano, mais conhecido como lei dos despejos, que vai promover um aumento brutal das rendas. Também no que diz respeito ao arrendamento social, o Governo, através do IHRU, vai notificar centenas de moradores pobres do aumento da renda, já a partir de dia 1 de Dezembro. A demolição de casas continua no concelho da Amadora, deixando dezenas de famílias sem teto e a eminência do retorno à construção de barracas é uma realidade. O Bloco de Esquerda está empenhado em travar esta ofensiva, apresentará iniciativas legislativas nesse sentido e solidariza-se com os movimentos de moradores que lutam contra o aumento das rendas e os despejos.

8. Amanhã, celebra-se por todo o Mundo o Dia Internacional Pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. Hoje foram divulgados os números das mulheres assassinadas no nosso país este ano: 33 mulheres assassinadas e 49 vítimas de tentativa de homicídio. O Bloco de Esquerda reafirma o seu compromisso no combate à violência contra as mulheres e o seu empenho no reforço das medidas de proteção das suas vítimas.

9. O Bloco de Esquerda declara a sua solidariedade com todas aquelas e todos aqueles que na Irlanda lutam pela despenalização do aborto. Portugal e Irlanda foram sinónimos de obscurantismo na Europa por não permitirem a interrupção da gravidez e criminalizarem as mulheres. Sabemos a luta que fizemos, a solidariedade que recebemos. A trágica morte de Savita Halappanavar só pode ter uma resposta: a alteração urgente das leis sobre o aborto na Irlanda. Não faltaremos a esta solidariedade.

10. O Bloco de Esquerda exprime a sua condenação dos massacres em curso contra a população palestiana de Gaza. Desde que violou o cessar-fogo, Israel realizou mais de 1200 ataques aéreos, com a multipli-

cação das vítimas civis. O Estado português tem o dever de se pronunciar e exigir a Israel a consolidação do cessar-fogo, tanto em defesa da população palestina, como da população israelita. Portugal deveria ser voz dessa exigência na União Europeia, instituição recentemente galardoada com o Nobel da Paz e hoje absolutamente complacente com a atuação criminoso de Israel.

11. A Mesa Nacional agenda para Fevereiro de 2013 a realização de um Encontro Nacional Autárquico com vista ao debate político e ao arranque do trabalho preparatório das candidaturas do Bloco às eleições autárquicas de Outubro do próximo ano.

12. O Bloco inicia desde já uma ronda de sessões públicas e comícios pelo país, com João Semedo e Catarina Martins. Estas iniciativas concentram-se na exigência da demissão do governo e na mobilização das forças sociais e políticas para um governo de esquerda.